**FACULDADE GUAIRACÁ**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DOMINIQUE BARBOSA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO PROUNI**

**GUARAPUAVA – PR**

**2019**

**DOMINIQUE BARBOSA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO PROUNI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de TCC III, ministrada pelo prof. Ms. Leandro Tafuri, como requisito parcial para obtenção de nota referente ao 2º Bimestre do curso de Pedagogia da Faculdade Guairacá.

**Orientadora:** Profª Ma. Lucineia Moreira de Souza

GUARAPUAVA-PR

2019

**DOMINIQUE BARBOSA MORAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO PROUNI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura, em Pedagogia pela instituição de ensino Faculdade Guairacá.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professora Ma. Lucineia Moreira de Souza

Faculdade Guairacá

Instituto superior de educação

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professora Ma. Andreia Migon Zanella

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professor Ms. Diego da Luz Nascimento Tecchio

Faculdade Guairacá

Instituto superior de educação

Guarapuava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2019.

**DEDICATÓRIA**

Dedico essa pesquisa a todos os jovens brasileiros que estudam e trabalham para ter uma vida melhor. Também não posso deixar de citar aqueles jovens que sonham em continuar seus estudos, porém, não conseguem por motivos explícitos na pesquisa. Digo, é lastimável saber que lutamos por uma educação que é de direito de todos, por isso, desistir não é a melhor opção. Todos os jovens devem lutar sempre para que nossa geração e a futura, saiba quem esteve na luta e para quê vivemos.

**AGRADECIMENTOS**

À Deus, primeiramente, por ter me proporcionado a oportunidade de cursar um curso de ensino superior.

Ao meu esforço e dedicação em noites sem dormir para entregar a pesquisa nos dias estabelecidos.

À professora Ma. Lucineia Moreira de Souza que me apoiou e dedicou parte do seu tempo para ser minha orientadora, que persistiu e não deixou eu desistir, me ajudou com seu ensinamento e me deu força nas horas mais difíceis.

A toda minha família que fizeram parte e, de algum modo, contribuíram para que eu concluísse a pesquisa, principalmente, meu pai Jhony Martins de Morais e minha mãe Zulmira Barbosa Morais, sem eles nada disso teria sentido.

A todos meus amigos, em especial, as minhas amigas do curso de Pedagogia: Debora Thayline, Jaqueline Lustosa, Jheniffer, Marieli e Silmara Rodrigues. Muito obrigada pelas risadas e choros, estivemos juntas nas horas boas e difíceis.

A minha turma querida de Pedagogia, 7º e 8º período de 2019, deixo meu sincero e profundo agradecimento a todos vocês. Nessa turma encontrei amor, superação, dedicação e cumplicidade. Todos vocês são nota 10. Obrigada por existirem em minha vida, vocês sempre vão estar guardados em meu coração.

**EPIGRAFE**

Frequentemente é necessário ter mais coragem para ousar fazer certo do que temer fazer errado.

Abraham Lincoln

**LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLA**

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CONFENEN- Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino

COFINS- Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

CONJUVE- Conselho Nacional da Juventude

CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ENADE- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

GTI- Grupo de Trabalho Interministerial

IES- Instituição de Ensino Superior

IESP- Instituição de Ensino Superior Privada

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRPJ- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

LULA- Luís Inácio Lula da Silva

MP- Medida Provisória

ONU- Organização das Nações Unidas

PIS- Contribuição para Programa de Integração Social

PMAJ- Programa Mundial de Ação para Juventude

PNAES- Programa Nacional Assistência Estudantil

PNE- Plano Nacional de Educação

PROMED- Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SNJ- Secretaria Nacional da Juventude

STF- Supremo Tribunal Federal

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**QUADRO E GRÁFICO**

Quadro 1- Constituição de uma política pública................................................5

Gráfico 1- Bolsas ofertadas de 2005-2018.......................................................24

**RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo analisar o programa ProUni como uma política pública educacional voltada a formação de jovens no ensino superior.Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, justamente para analisarmos o projeto do programa. Sendo assim, expomos como se constituiu o Programa do ProUni no Brasil a partir das políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que oportuniza o acesso ao ensino superior, de uma parcela da população, em instituições privadas. Além disso, refletimos acerca da educação superior ofertada aos jovens bolsistas pelo ProUni, pois são as instituições que designam os cursos que terão bolsas via ProUni. Concluímos que as articulações do público e privado indicam as contradições entre formação x mercado do trabalho, as quais afetam a população jovem a partir da cobrança de formação e qualificação para o mercado. Por isso, o ProUni se constituiu como uma política para o acesso ao ensino superior para muitos jovens brasileiros, assim, pode ser considerado como o programa que oportunizou a expansão do ensino superior, ao mesmo tempo, em que houve o desmantelamento das universidades públicas. Ou seja, as instituições privadas de ensino superior cresceram a partir do programa, o que significa dizer que Estado por meio do ProUni deixa apresenta suas limitações na oferta do ensino superior e transfere sua responsabilidade para o setor privado.

**Palavras Chave:** Ensino Superior;ProUni; Mercado de trabalho.

**ABSTRACT**

The present study aimed to analyze the ProUni program as a public educational policy aimed at training young people in higher education. For this, we conducted a bibliographic and documentary research, precisely to analyze the program project. Thus, we expose how the ProUni Program in Brazil was constituted from neoliberal policies, while providing access to higher education for a portion of the population in private institutions. In addition, we reflect on the higher education offered to young fellows by ProUni, as they are the institutions that designate the courses that will receive scholarships by way of ProUni. We emphasize that the articulations of public and private indicate the contradictions between training x labor market, which affect the young population through the demand for training and qualification for the market. For this reason, ProUni became a policy for access to higher education for many young Brazilians, so it can be considered as the program that allowed the expansion of higher education, at the same time as the dismantling of public universities. In other words, private institutions of higher education grew from the program, which means that the state through ProUni leaves presents its limitations in the provision of higher education and shifts its responsibility to the private sector.

**Keywords**: Higher Education, ProUni, Labor Market.

**SUMÁRIO**

**1.INTRODUÇÃO** .......................................................................................................1

**2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROUNI** ............................................................4

2.1 Políticas públicas educacionais no Brasil para a formação dos jovens..............................................................................................................6

2.2 A formação dos jovens e o mercado de trabalho........................8

2.3 Prouni e a articulação do público e privado..................................9

**3.PROUNI: SUAS CARACTERÍSTICAS E PROPOSTAS DE FORMAÇÃO**..............................................................................................................11

3.1 Constituição do Prouni...........................................................................12

3.2 Suas CARACTERÍSTICAS .............................................................................15

3.3 Formação e mercado de trabalho no ProUni ...............................17

**4.PROUNI E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE FORMAÇÃO DE JOVENS**.....................................................................................................................20

4.1PROUNI: REFLEXÃO SOBRE SEUS FUNDAMENTOS NEOLIBERAIS............................................................................................................21

4.2 ProUni e o papel do Estado na formação dos jovens no ensino superior .................................................................................................24

4.3 Os atores e agentes envolvidos na proposta do ProUni .......26

**5.CONSIDERAÇÕESFINAIS** ..................................................................................29

**6. REFERÊNCIAS**...................................................................................................31

# 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a política de funcionamento do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Nesse sentido, o ProUni tem como papel primordial estimular a entrada de pessoas, com a renda mensal de até três salários mínimos, na universidade, ou seja, acessar o ensino superior.

A partir disso, o programa estabelece o acesso à universidade como um fator de igualdade na promoção e na democratização da educação superior. A respeito disso, há algumas críticas que são tecidas, justamente por acentuar o processo de mercadológico do acesso à universidade[[1]](#footnote-2). Além disso, é um programa que dá uma visibilidade de que o Estado pode atender o acesso ao ensino superior nas instituições privadas e públicas. Para tanto, as demandas sociais são destinadas com o intuito de formação para o mercado de trabalho.

A educação enquanto um direito, especialmente no ensino superior, frisou que poucos possuem acesso e permanência. No tocante, a educação básica como um direito de todos já é notável sua garantia, no entanto, no ensino superior, isso é um agravante. A partir desta justificativa, o ProUni que oferece bolsas de estudos a uma parcela de jovens.

Instituído em setembro de 2004, o ProUni visa criar condições para o acesso de estudantes carentes ao ensino superior, por meio da oferta de bolsas de estudo, de diferentes modalidades: bolsa de estudo integral concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio; bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos (APRILE, BARONE, 2008, p.10).

A assertiva acima caracteriza as bolsas disponíveis pelo ProUni. No entanto, é importante explicitarmos os requisitos exigidos dos candidatos propensos à bolsa, os quais são destacados a seguir: é necessário ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior, ter atingido uma nota de pelo menos 450 pontos, não zerar na redação; não deve ter concluído nenhum curso superior; comprovar renda baixa; inscrever-se no edital do programa por um endereço eletrônico e submeter-se a uma seleção; ter cursado o ensino médio inteiramente em escolas públicas ou particulares com bolsa integral; ter cursado parte do ensino médio em escolas públicas ou parte do ensino médio em escolas particulares como bolsista integral;ser portador de necessidades especiais; e ainda, ser professor da rede pública, para esses destina-se os cursos de licenciatura ou Pedagogia para sua formação.

Diante disso, o ProUni oferece isenções fiscais[[2]](#footnote-3) às Instituições de Ensino Superiores (IES) no setor privado que, em contrapartida, oferecem bolsas de gratuidade nos cursos superiores de graduação e sequência de formação especifica a uma parte da população brasileira (BRASIL, 2018). Logo, a lógica do programa é expandir o acesso ao ensino superior fazendo que as instituições aceitem o ProUni ao mesmo tempo disponibilizem vagas, para quem se escreve, como resultante, as IES recebem o abatimento no valor a ser recolhido como impostos federais.

Por conta disso, justifica-se a necessidade de pesquisa sobre a temática e ainda, ressaltamos é necessário estar atento às proposições de diversas políticas, especialmente para a formação dos jovens brasileiros. Desse modo, a pesquisa caracteriza-se como documental, justamente, para compreender o processo promovido pelo ProUni via documentos oficiais. Considerando que a relação entre a juventude e as políticas públicas, dizemos que a participação destes na discussão, promoção e efetivação das políticas é importante para despertar o pensamento crítico e para uma possível democratização da educação superior.

Desse modo, faremos uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois os aspectos considerados se voltam para análise das questões que estão sendo estudados ao longo do processo e que não se tiveram a intenção de apenas descrevê-las, mas analisá-las. Segundo Ludke e André (1986) o objetivo central de uma pesquisa qualitativa é descobrir respostas para os problemas mediante emprego de métodos científicos. Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa utilizaremos documentos oficiais que tratam da temática abordada.

Nesse contexto, o primeiro capítulo tratará sobre as políticas públicas que envolvem o ProUni, por isso, abordamos o processo de constituição de uma política pública. O segundo capítulo tratará do ProUni, suas características e propostas de formação ofertada aos jovens. O terceiro capítulo enfoca o ProUni e as políticas neoliberais na formação dos jovens brasileiros, por isso, discutimos o papel do Estado frente a formação da população jovem.

Dessa forma, essa pesquisa tem o intuito de esclarecer as evidências propostas mostrando a estigmatização do ProUni no âmbito da educação, analisando passo a passo das ideias que são relevantes e trazidas para a eficácia de uma educação para todos através de políticas neoliberais, e investigando o desfecho de ideais para a qualificação diante do mercado de trabalho, mas ressaltando as contradições que esse termo nos remete a conclusões específicas que não são satisfatórias diante do que se vem atribuindo para a população jovem.

# 2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROUNI

A concepção de políticas públicas surgiu no século XVII como forma de ação para segurança da sociedade em caso de conflitos com os inimigos. Porém, ao longo do tempo a função do Estado sofreu mudanças devido às demandas sociais.

[...] com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, etc(LOPES; AMARAL,2008, p.5).

Nesse sentido, as políticas públicas afetam todos os cidadãos, independente da escolaridade, classe social, raça, sexo e outros fins, também abrangem todas as áreas como a educação, saúde, meio ambiente, segurança, entre outras. Desse modo, essas políticas podem ser entendidas como um conjunto de programas, metas e projetos propostos e estabelecidos pelos governos federal, estadual e municipal, ou seja, um conjunto de ações do Estado para atendimento das demandas existentes na sociedade.

As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para 1 6 Políticas públicas – Conceitos e práticas os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (LOPES; AMARAL, 2008, p.6).

Como visto, nem tudo o que o Estado faz favorece a sociedade, isto é, os interesses que selecionam (o que é primordial ou não ao cidadão) e todo o processo de política pública ocorrem dentro dos limites das legislações, ou pelo menos, deveria acontecer. Nesse sentido, os políticos se elegem conforme a votação do povo, nessa circunstância o eleito tem o dever de representar a população. Nesse contratempo de representantes são previsíveis os interesses de certos políticos, os quais almejam fazer a diferença, porém, não são todos que proporcionam o fundamento da democracia.

Na concepção do ciclo de políticas, a política pública é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, e o comportamento de diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas. O ciclo de políticas é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política (RUA, 2009, p.39).

De acordo com Rua (2009), a compreensão do ciclo das políticas públicas e como elas são ocasionadas no cotidiano são de suma importância. Vejamos a seguir a lógica da constituição de uma política:

**Quadro 1:**Constituição de uma política pública

|  |  |
| --- | --- |
| Identificação do problema | É alguma ação ou consequência que tem por finalidade afetar a sociedade, seja ela inteiramente ou parcialmente, se transformando em um problema público. |
| Formação da agenda | É o conjunto de problemas governamentais, ou seja, é o problema que terá que ser resolvido primordialmente, uma ação, ou intervenção, tomadas de decisões que não podem esperar para serem resolvidas. |
| Formulação de alternativas | São as formas de resolver o problema encontrado diante a sociedade, pode ser efetivadas, através da criação de legislação, de multas, etc. Tudo depende do problema público, se ele é relevante par uma intervenção ou não. |
| Tomada de decisões | É o momento que o poder executivo, judiciário, legislativo, e não governamental, tomam decisões de como enfrentar esse problema público, podem ser através de decisão judicial ou decreto legislativo, são vários instrumentos de tomada de decisões seguindo da formalização da intenção da política pública. |
| Implementação | É a implementação da política pública, todas as intenções são transformadas em ações diante de políticas públicas para a redução do problema público. |
| Avaliação da política pública | Nessa fase é verificado se o que foi proposto está realmente funcionando, e se continua com o objetivo proposto ou terá mudanças ao longo do processo. |
| Extinção | Nessa fase se a política pública resolveu o problema público pode-se então descartar essa política, ou se ela não está surgindo com efeitos também pode ser desconsiderada para o problema da sociedade. |

**Fonte:** Rua (2009) adaptado pela autora.

As políticas públicas educacionais são relevantes não somente aos educandos (público alvo da educação formal), mas a todos os cidadãos. É através delas que a sociedade, também, sofre mudanças e transformações.

Uma política pública educacional importante para o ensino superior é o Programa Universidade para Todos (ProUni), a qual não tem como objetivo atingir somente adolescentes e jovens, mas tem como foco lançar bolsas de estudo para todos aqueles que têm o desejo e almejam frequentar uma universidade privada, mas têm suas limitações.

O ProUni foi instituído pela Lei Federal n. 11.096/2005, com a finalidade de

possibilitar condições de acesso ao ensino superior à população carente. A partir da implantação desse programa o cidadão que cumprir os requisitos estabelecidos pela legislação, terá o direito de ingresso ao ensino superior podendo ser beneficiados com bolsas (FERREIRA, 2014, p.101).

O Brasil se encontra delimitado para as políticas públicas educacionais, não contribuindo com o acesso a informação de como essas políticas influenciam na sociedade e como podem ser utilizadas como um recurso qualificado para estimular a intervir e interagir nesse meio.

Moraes (2009) argumenta que:

A instituição escolar tem como objetivo preparar os indivíduos para a sociedade, estabelecendo repertórios que possibilitem a continuidade da vida social. É este ambiente físico, psicológico, social e cultural que constitui a escola que permitira aos indivíduos seu desenvolvimento global, utilizando atividades programadas realizadas dentro ou fora da sala de aula. No ambiente escolar é possível o estabelecimento de um significativo número de interações complexas por envolver um grande número de pessoas (MORAES, 2009, p. 10).

Nesse sentido, é dever da escola mediar conhecimentos aos educandos a fim de zelar pelo acesso e permanência no processo de escolarização, não apenas prezando pela equidade, mas qualidade de um ensino de múltiplos saberes para que possam intervir de forma crítica na sociedade e acessar os seus direitos.

## 2.1 Políticas públicas educacionais no Brasil para a formação dos jovens

Vemos, que essa demanda por políticas públicas para a juventude é recente, pois décadas atrás não existiam políticas propriamente pensadas para essa parcela da população. Estavam abarcadas nas políticas sociais, as quais abrangiam toda a sociedade das diferentes épocas. Em 1965, foi estabelecido um compromisso com a Organização das Nações Unidas (ONU), no qual havia critérios, propriamente dito, para a juventude. Porém, foi somente em dezembro de 1995, por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), que foram produzidas estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude[[3]](#footnote-4), sendo um deles o acesso à educação superior.

Sendo assim, as políticas públicas para a juventude constituem formas de apoio aos jovens, para o ingresso ao mercado de trabalho e acesso ao ensino superior. Porém, é inevitável dizer que muitos jovens não fazem proveito dessas políticas, devido à falta de comunicação, informação ou de interesse.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), originado, em fevereiro de 2005, promoveu uma rede de comunicação entre a sociedade, o governo e a juventude brasileira. Este, por sua vez, é um órgão que atua por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) a fim de conhecer a juventude, capacitar e qualificá-la ampliando a sua participação na sociedade.

O Conjuve foi instituído como um espaço coletivo de participação, e assim sendo, evoca analisar até que ponto a diversidade de características em sua composição imprime uma limitação e/ou ressignifica o debate e as negociações entre os diferentes sujeitos do processo, no que se refere à proposição de políticas educacionais para a juventude (FARIAS, 2013, p. 17).

De acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude Brasília (2006), existem várias políticas para a juventude, como por exemplo: o Projeto Agente Jovem; o Programa Bolsa-Atleta; o Programa Brasil; o Programa Escola Aberta; o Programa Escola de Fábrica; o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), entre outros[[4]](#footnote-5).

No entanto, as poucas políticas púbicas educacionais promovidas como ProUni são desconhecidas por muitos brasileiros, que enfrentam a fase da juventude. A desigualdade social e econômica acaba dificultando e, também, excluindo, a entrada de muitos jovens no ensino superior. Ressaltamos que, existem muitas barreiras a serem rompidas para a democratização do ensino superior, fatores a serem analisados para que a permanência desses jovens seja efetiva nas universidades e condições reais para a inserção destes no mundo do trabalho.

### 2.2 A formação dos jovens e o mercado de trabalho

A busca por uma qualificação para entrar no mercado de trabalho é um dos desafios diários da maioria da população. Esta se constitui um problema, principalmente, para os jovens que procuram o primeiro emprego, justamente, pela insegurança no processo de qualificação e, consequentemente, a ausência de vagas disponíveis diante ao mercado.

A situação dos jovens no país é agravada pela baixa escolaridade média e pela precária qualidade da educação, deficiências que se tornam mais sérias em face das exigências do paradigma produtivo pós-fordista. Outra especificidade brasileira é a idade precoce de entrada dos jovens no mercado de trabalho, estabelecendo um perverso ciclo vicioso. Os jovens, sobretudo de famílias mais pobres, ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e frustrados com a má qualidade da educação oferecida (GUIMARÃES, ALMEIDA, 2014, p.09).

A baixa escolaridade é um dos principais fatores agravantes para a inserção do jovem no mercado de trabalho. Esse paradigma produtivo pós- fordista se alastra para que os jovens na medida do possível, sem condições de conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, aceitem uma oferta de trabalho em circunstâncias precárias para ajudar suas famílias. Assim, são estimulados e, propriamente, forjados uma demanda pela necessidade e precariedade no meio em que vivem.

Nesse sentido, é necessário explicitarmos que muitos jovens se inserem precocemente no mercado de trabalho por falta de acesso e oportunidades de qualificação[[5]](#footnote-6). Sobre essa problemática Guimarães e Almeida (2014) explicam que são vários fatores que colaboram para o ingresso precoce de muitos jovens no mercado de trabalho a partir de condições precárias.

Com a inserção precoce no mercado, os jovens obtêm, então, um posto de trabalho precário e com reduzidas chances de ascensão profissional, consolidando uma forma de inserção que tende a se perpetuar. Muitos indivíduos percebem essas dificuldades e procuram oportunidades de qualificação e reciclagem, mas estão em geral presos em longas jornadas de trabalho, tornando difícil o engajamento necessário. As dificuldades dos jovens com baixa escolaridade se agravaram em função de mudanças no paradigma produtivo e das novas tendências do mercado de trabalho, de forma que houve um crescimento do número de jovens fora da escola e sem ocupação, havendo também um crescimento da participação dos jovens entre os desempregados (GUIMARÃES, ALMEIDA, 2014, p.10).

Os jovens convivem com a precariedade na educação conforme o sistema de ensino. Logo, este representa um problema para a qualificação dos jovens. Outra questão importante é que o mercado de trabalho procura a um trabalhador flexível e com alta qualificação, mas não possibilita oportunidades para aqueles que querem aprimorar sua formação profissional.

As políticas públicas procuram minimizar e/ou excluir as lacunas problemáticas que existem na sociedade, a fim de desenvolvimento social. Desse modo, o ProUni é uma delas que possibilitou aos jovens acessar alguns dos seus direitos, principalmente,no tocante a educação superior, mas, “[...] pode ser considerada como política pública compensatória, assim como a política de cotas”(PACIEVITCH, 2011, p.02).

Além disso,

Estar empregado pode ser uma forma de avaliar o impacto causado no mercado de trabalho (sociedade) pelos egressos ProUni. Isto é relevante já que este novo perfil corresponde a uma parcela da população que, sem o apoio do ProUni, não teria condições de uma formação profissional formal, ou seja, de uma melhor preparação e qualificação para as exigências do mercado de trabalho, deixando o contingente de trabalhadores informais que frequentam os subempregos em nossa sociedade (FELICETTI, CABRERA, 2014, p.21).

É coerente que a juventude tem o desejo de se encontrar na sociedade, para isso, busca o conhecimento e acesso a uma qualificação desejada, principalmente, para a inserção no primeiro emprego, para obter uma vida melhor além da financeira, e sim para uma formação crítica e emancipadora.

Dessa forma, para conseguir seguir as exigências estabelecidas pelo mercado de trabalho é importante que os jovens saiam da zona de conforto e estabeleçam metas que garantem sua (im)possível estabilidade o mercado de trabalho.

### 2.3 Prouni e a articulação do público e privado

O ProUni tem por objetivo atingir estudantes de baixa renda abrindo portas para a entrada na universidade, pois a cada semestre acontece uma edição do ProUni, e são ofertadas bolsas de estudo parciais de 50% e integrais de 100%.

Para os estudantes conseguirem se beneficiar dessas bolsas é necessário passar por critérios que exigem uma seleção. No entanto, esse dinheiro público que está sendo inserido nas instituições privadas poderia ser designado para as instituições públicas, o que poderia ser compreendido como expansão das vagas no ensino superior e, consequentemente, entrada da classe trabalhadora nas universidades públicas.

O reconhecimento do ProUni se equivoca quando compreendemos a ligação do público e privado, ou seja, é um programa público que busca beneficiar as pessoas que pretendem a entrada de uma universidade, mas sobrevivem com menos de três salários mínimos.

Ao voltar-se para a solução do problema de escassez de vagas no ensino superior através do incentivo à iniciativa privada, o PROUNI resgata as relações entre o público e privado, sobretudo no tocante ao financiamento da educação, uma vez que se registra a transferência de recursos públicos para as empresas privadas de ensino, mediante isenção de recolhimento de impostos e tributos incidentes sobre receitas provenientes de atividades desenvolvidas (APRILE, BARONE, 2008, p.13).

O programa também, se encaixa num quadro de privatização do ensino superior, favorecimento das universidades particulares, pois a ligação de recursos públicos e instituições privadas dar-se-á por meio de acordos com o governo federal.

O financiamento das bolsas em troca de isenção de recolhimento tributário mostra a importância dada pelo Estado no processo de democratização do acesso ao ensino superior, uma vez, que interessa oportunizar a entrada de uma parcela de jovens ao ensino superior, mas, o sucesso dos mesmos fica sob responsabilidade dos sujeitos. Desse modo, as barreiras encontradas pelos estudantes são de vasto comprometimento tanto das instituições privadas que concedem as bolsas, quanto do Estado que faz a negociação, logo essa articulação entre público e privado pode ser vista como medição da educação superior para alguns, devido às problemáticas para permanência.

# 3.PROUNI: SUAS CARACTERÍSTICAS E PROPOSTAS DE FORMAÇÃO

A proposta deste capítulo é identificar a constituição do ProUni, suas características e a formação para o mercado de trabalho. Para tanto, sabe-se que a reforma do ensino superior foi discutida em muitos seminários, ainda, no governo Lula, e tendo como resultado disso o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para o qual caberia analisar as precariedades da educação e onde necessitava de mais recursos e mudanças.

Como visto no primeiro capítulo, existem alguns critérios exigidos pelo ProUni a serem seguidos pelos estudantes que almejam conseguir uma bolsa de estudo. Sendo assim, os estudantes se prendem num contexto de ensino, englobando as propostas e metodologias que lhes são oferecidas, por meio disso é primordial a qualidade de ensino que estimule o estudante para o seu desenvolvimento e que possa determinar sua função no mundo do trabalho.

A discussão sobre o investimento no homem passa inevitavelmente pelo critério do retorno financeiro, transformando o trabalhador em mais um bem, passível de ser quantificado e negociado pela empresa. Transformado em moeda de troca, cai na ilusão que de que a capacitação é a única garantia para conseguir um lugar no mercado. Mas não seria simplicidade demais acreditar que o trabalhador não precisaria da qualificação para assim, realizar cada vez melhor o seu trabalho? (SILVA, 2010, p.6).

A formação para o mundo do trabalho do estudante ocorre a partir da qualidade de ensino, maneira como o estudante constrói seu conhecimento a respeito da sociedade e, sobretudo, pelas condições que lhe são oferecidas para o seu processo de desenvolvimento integral.

Notamos que os jovens estudantes diante a remuneração recebida do mercado de trabalho, sentem-se limitados. Isso é muito visível a toda sociedade, no entanto, segundo a lógica capitalista há a necessidade de que a maioria dos jovens acesse o ensino superior para suprir a demanda do mercado de trabalho, mas não no sentido de que o trabalho também, forma cidadãos conscientes. O sentido é restrito, abrange qualificação para corresponder uma demanda ativa no mercado de trabalho e não, ao contrário, de formação para e pelo trabalho.

## 3.1 Constituição do ProUni

O ProUni foi criado pela Lei. n.11096, de 13 de janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005. Sendo assim,

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades (BRASIL, 2005, Art. 1º).

Tal descrição acima nos leva a compreender que o ProUni é um programa que se manifesta e se direciona às pessoas com a vida socioeconômica afetada, ou seja, é direcionado aquelas pessoas que possuem de 1 a 3 salários mínimos, os quais pretendem usufruir das bolsas de um programa para cursar o ensino superior.

Assim, usar uma frase como o governo Lula usa: Universidade para Todos referindo-se ao ProUni é uma representação de interesses de classe [...] consequentemente, o que acontece na esfera da educação é um processo que se refere a totalidade das ações políticas econômicas e sociais em nível nacional e internacional. É necessário buscar as contradições internas da realidade: ou essa prática Educacional representa uma manutenção da ordem estabelecida ou representa uma forma de destruir essa ordem. (ALMEIDA, 2009, p.33).

A reforma da implementação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) teve por intenção proporcionar alternativas para elevar os índices da educação superior, no entanto, a própria proposta evidencia limites no que poderia ser mudado e alterado no que diz respeito ao ensino superior.

Nesse sentido, a reforma das universidades pode ser pensada por meio de políticas de Estado[[6]](#footnote-7), mas, é preciso de um projeto mais amplo desenvolvido diretamente para a educação em todos os níveis de ensino. No ProUni, é possível presenciar os interesses de fatores supostamente favorecendo a educação, porém,se percebe a sustentação da ideia de privatização do ensino.

Por conta disso, ressaltamos que “O documento do Banco Mundial de 1994, diversifica o ensino superior, e fazem críticas as universidades de pesquisa, intencionando que não é eficaz no que diz respeito ao desenvolvimento dos países pobres (OTRANTO, 2006 apud ALMEIDA, 2009, p.26). Fator esse indica o programa do ProUni como uma sistematização de um movimento internacional e nacional de redirecionamento (reforma) do ensino superior com viés ao mercado de trabalho.

Assim, o ProUni como um desdobramento da necessidade de elevar a educação superior não foi uma iniciação específica do governo Lula, e sim, medidas determinadas para atender as organizações internacionais, os interesses privados transvertidos em um programa de grande relevância, o qual dá margem a várias discussões sobre o ensino superior no Brasil.

[...] trata-se de apreender como a questão do financiamento vem se constituindo como o núcleo central da reformulação da educação superior em curso. As ações que estão sendo conduzidas pelo governo Lula da Silva, principalmente o ProUni, a Lei de inovação tecnológica, o Decreto de regulamentação das fundações de direito privado no interior das instituições federais de ensino superior, a compra de pacotes tecnológicos para realização da educação superior à distância e a Lei de parceria público-privado, operacionalizam a sistemática diminuição da verba pública para financiamento das educação superior e criam as bases de fundamentação política e jurídica para garantir a remessa do excedente econômico produzido pelos trabalhadores brasileiros para a acumulação do capital internacional, através do pagamento de parte dos juros da dívida pública e, simultaneamente, ampliar o campo de atuação do empresariado da educação superior em sua dupla face, nacional e internacional (LIMA, 2004, p.43).

As iniciativas de reformas do ensino superior nos dão a entender a busca de uma educação de retorno lucrativo, para os envolvidos, que são eles a Unesco, Banco Mundial, Fundo Monetário internacional, e outros afins, ao invés de investimento em educação de qualidade, gratuita e pública para a classe trabalhadora.

O mais interessante da MP é sua exposição de motivos: "toda atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada de forma a buscar a formação de um amplo consenso incorporando reivindicações e sugestões de todos os setores envolvidos". Será que uma MP editada de forma autoritária, desrespeitando o Parlamento que analisava, em comissão especial, o projeto de lei do o próprio executivo, e, ainda, desconhecendo todas as críticas a advindas dos Defensores das escolas públicas ou privadas, pode se autodenominar como uma medida do Consenso? Que falso consenso é esse que desconsidera os encaminhamentos do fórum nacional em defesa da escola pública, integrado por várias entidades representativas da Educação, dentre as quais ampla maioria se posicionou contra o ProUni? Mais uma vez é uma afirmação inverídica, um jogo de palavras que atinge os incautos (OTRANTO, 2006, p.9).

Mesmo a Medida Provisória sendo contrária, o ProUni,foi decretado instituindo as concessões de bolsas para alunos socioeconomicamente afetados e também para estudantes que disputam uma vaga por um sistema de cotas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012 aprovou a constituição do ProUni defendendo que esse programa é um direito básico para o acesso a educação. É importante lembrar que o acesso à educação é um direito de todos, porém, é lastimável expor que nem todos têm o direito de acesso e permanência garantido.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, julgou improcedente o pedido feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). A entidade questionava a Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei nº 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e passou a regular a atuação de entidades de assistência social no ensino superior(BRASIL, 2012, p. 01).

Essa democratização de ensino se dá por instituições privadas da educação, que tem o intuído de abrir vagas para esses novos ingressos ao ensino superior, mas, em contrapartida não pagam alguns impostos federais, ou seja, as instituições privadas se beneficiam de recursos públicos e ao mesmo tempo são isentos aos tributos federais.

O PROUNI vincula-se ao projeto de democratização do acesso à educação superior no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. O programa contempla alunos carentes, mas exige que se obedeçam alguns critérios, como baixa renda familiar, bem como destina um percentual de bolsas para alunos autodeclarados negros, indígenas e portadores de deficiência, e beneficia a formação de professores de ensino básico da rede pública [...]. (HAAS, PARDO, 2017, p.5).

A qualidade da educação superior em uma instituição de ensino superior privada é passível de questionamento, pois há existência de vagas de graduação, porém, o que nos chama atenção é que não são todos os cursos disponíveis que contém bolsas oferecidas pelo ProUni.

Dessa forma fica cada vez mais difícil para o acadêmico se encontrar num ramo especifico (área) para sua vida profissional, fator que, também, nos leva a pensar, que tipo de educação igualitária algumas instituições de ensino superior privada oferece aos acadêmicos via ProUni?

É válido destacar é que um programa que, possibilita pessoas de baixa renda o acesso ao ensino superior, assim como, oferece bolsas para negros, indígenas e portadores de deficiências, mas o que nos preocupa é o seguinte: até onde esse investimento de educação pode levar os estudantes, sabendo que necessitam ir além do que o programa proporciona?

### 3.2 As características do ProUni

O ProUni é considerado uma política de ação afirmativa, pois tem como finalidade extinguir a desigualdade e estabelecer meios de igualdade para todas as classes sociais em questão de educação, de uma forma onde não haja conflitos de gênero, raça, etnia e questões sociais onde englobam todo esse processo. Desse modo, se afirma como alternativa para a visibilidade de igualdade que possibilita oportunidades para os estudantes.

O ProUni como uma política de ação afirmativa, é voltado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada, na condição de bolsista integral, estudantes portadores de necessidades especiais e professores da rede pública de ensino que se candidatem a cursos de licenciatura. Também existe reserva de vagas a estudantes autodeclarados negros, indígenas ou deficientes. Além disso, devem os candidatos atenderem ao critério socioeconómico, sendo a distribuição de bolsas integrais para os estudantes com renda per capita familiar de, no máximo, um salário mínimo e meio e bolsas parciais para aqueles que possuem renda per capita familiar de, no máximo, três salários mínimos(SANTOS, 2015, p.57).

O ProUni é um programa que oferece bolsa para estudantes de baixa renda que tenham um bom desempenho no Exame Nacional do Ensino médio (ENEM), mas, não é só pelo esse desempenho que garante essa bolsa de estudo, existe uma seleção de critérios a serem adquiridos, para que o mesmo consiga ser beneficiado, então pode-se dizer que o acesso a educação não é totalmente democrático, ainda há barreiras a serem solucionadas para ser um acesso livre para todos.

Diante disso, o ProUni acaba expondo alguns limites do programa. Fato esse que permite elencar a necessidade de algumas alterações deste, para que não se torne negligente com o próprio público que se destine.

[...] o PROUNI se consolida na sua dimensão privada ao promover a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada na forma de isenções tributárias e proporciona ganhos financeiros para este setor, contribuindo para sua expansão (HAAS, PARDO, 2017, p.20).

Nas instituições privadas, além de lucrar com os recursos públicos, os quais poderiam ampliar as vagas e melhorias das instituições públicas de ensino superior, nota-se, também, que é uma estratégia interessante para o processo de desmantelamento das universidades públicas.

Sendo assim, o estudante pode estipular em qual instituição de ensino superior privada que quer graduar-se usando a nota de corte, porém, isso não significa que o estudante irá continuar sua graduação, pois a oferta de bolsas de estudo não é suficiente, necessitam de outras políticas públicas para permanecer no curso, como medidas que envolve alimentação, moradia, transporte, enfim, meios básicos para sobreviver e concluir o curso de graduação.

Ressaltamos que o governo federal ao propor um programa voltado ao ensino superior teria que considerar o processo de oferta e permanência dos estudantes a partir de quadro de qualidade de vida, pois muitos estudantes param de se dedicar aos estudos, pela necessidade de trabalhar para sobreviver, ou seja, não é possível ter uma visibilidade concreta das condições sociais e econômicas desse indivíduo apenas com a bolsa.

Atualmente, existe um programa estabelecido que contribui para assegurar o acesso e permanência de estudantes em instituições de ensino superior. Esse, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES -, por sua vez, estimula o acesso ao ensino superior e fornece suporte na vida acadêmica, como: alimentação, moradia, transporte, entre outros. O PNAES foi aprovado pelo Decreto 7.234/2010, porém, é destinado apenas a estudantes de instituições públicas federais. De acordo com o Art. 2º, são objetivos do PNAES:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, Art.2º).

Dessa forma, fica explicito que o ProUni não se articula com o PNAES, pois o programa PNAES é exclusivo às instituições públicas federais e ainda,fica a critério das instituições de ensino superior privada a sua organização para evitar evasão e abandono.

Destacamos que o ProUni influência diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Por isso, enfatizamos que nem todos que estão ingressos em uma universidade privada através de bolsas oferecidas pelo ProUni, estão satisfeitos com sua competência. Logo, essa tal democratização do ensino nos remete a pensar e analisar que não são oferecidas todas as possibilidades de desfrutar as particularidades do ensino superior.

Os segmentos historicamente excluídos desse processo não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para ingressar e permanecer no ensino superior, mas de condições e medidas que assegurem: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa (SANTOS,2015,p.62).

Nesse ponto de vista, podemos dizer que o ProUni como um programa que possivelmente, convêm o acesso ao ensino superior nas instituições privadas, contém limites na democratização desse referido acesso. Além disso, não universaliza a continuidade do acesso aos programas de pós-graduação.

Diante disso, a ofertar bolsas é um fator importante para o acesso ao ensino superior, mas, os estudantes possuem muitas necessidades, sendo uma delas o tipo de formação ofertada.

### 3.3 Formação e mercado de trabalho no ProUni

O homem se torna alvo do capitalismo quando pensamos em formação para o mercado de trabalho. É muito raro equilibrar e nivelar conhecimentos para que não sejam utilizados apenas em uma área específica. Dessa forma, a formação se dá pelos interesses pessoais e interesses do capitalismo, isto é, se dá pela cultura de se encaixar no mercado competitivo, globalizado e flexível, e, talvez, para mostrar o que se foi desenvolvido e o seu desempenho dentro de uma sala de aula para benefícios de uma determinada empresa.

[...] ao investigar a relação ente os níveis de renda e graus de escolaridade, constatou que os níveis de renda aumentavam em proporção aritmética para os indivíduos que possuíam escolaridade e aumentavam em proporção geométrica para os que possuíam escolaridade superior. Esta relação seria a prova empírica do valor econômico da educação (SAVIANI, 2005, p.22-23, apud SILVA, 2010, p.3).

Muitas empresas, por motivos destacados anteriormente, se interessam pela formação dos jovens, estimulam a cursarem uma graduação com a finalidade de coptar mão de obra qualificada. Ressaltamos que a formação é um processo contínuo na vida de um estudante, profissional, por isso o crescimento não depende apenas do estudante, do ingresso ao ensino superior, mas de um conjunto de fatores que viabilizam uma formação qualificada.

A organização do setor econômico e a sociedade perpassam por mudanças, o que desencadeia preocupações com os conhecimentos adquiridos, pois deles são exigidos um saber fazer para ingresso em determinadas áreas de trabalho e, ao mesmo tempo, é necessário uma formação que vá além da formação técnica, que concretize o desenvolvimento e crescimento enquanto cidadão, para sua emancipação e concepção crítica.

A educação, entendida aqui como formação humana, ganha a missão restrita de desenvolvimento de mão-de-obra, gerando assim uma espécie de sub-formação. Assim, o currículo não é focado na integralidade do ser humano (PLATT, 2009 apud SILVA, 2010, p.5).

O trabalho é medido por meio do mercado e a sua remuneração não é equivalente a capacitação e produção dos trabalhadores, fato que dá visibilidade ao processo de sustentação do capitalismo. Dessa forma pode ser notado que existe uma demanda muito forte por um currículo nos cursos de graduação que enfoque o saber fazer, e, por isso, não contempla disciplinas que oportunizem uma formação para além do mercado, que corresponda à formação integral do ser humano.

Depois da graduação, o profissional encontra outros desafios, como por exemplo, entrar no mercado de trabalho. Por isso, submete-se a vários métodos e meios para alcançar seus desejos pessoais e profissionais no âmbito do mercado de trabalho. Nesse contexto, os conhecimentos no período de graduação não devem ser limitados e exclusivos ao setor operacional nas organizações.

Vivemos em um mundo cheio de modificações, no qual é preciso de muito esforço e dedicação para acompanhá-lo. Esse esforço, geralmente, se dá pelo anseio de uma vida melhor, pelo desejo de uma estruturação de uma vida financeira e social bem-sucedida. Sabemos que na sociedade capitalista, infelizmente o bom desempenho durante a vida acadêmica não garante um emprego, pois o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. Então, por conta das diversas transformações do trabalho que os jovens buscam uma possível mudança de vida.

Para corresponder às demandas, há procedimentos a serem tomados, como por exemplo, maior investimento na educação superior, a fim de elevar o interesse dos estudantes a continuarem os estudos pós-graduação. Assim, os recursos para uma especialização e qualificação que, hoje, são praticamente inexistentes, poderiam colaborar para repensar os cursos de graduação.

Existem, ainda, estudantes que pausam os estudos para começar a trabalhar. Sobre isso, é válido lembrar que muitos se encontram numa situação não favorável de trabalho por conta das suas condições limitadas. Ademais, necessitam de um emprego para ajudar na renda de suas famílias, e muitas das vezes, não conseguem trabalho e/ou, se conseguem algum trabalho, não é fixo. Fato esse que prejudica cada vez mais os jovens a busca uma vida melhor.

Os jovens de baixa renda ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho, em função da necessidade de ajudar na renda familiar. O poder público deve traçar mecanismos que garantam a esse jovem, uma condição favorável de continuar, ou, em muitos casos retomar seus estudos, mesmo que ele tenha que se manter no mercado de trabalho, em função das razões já citadas (FACEIRA, 2009, p.6-7).

As dificuldades encontradas e enfrentadas são grandes pelos acadêmicos bolsistas, que na sequência da graduação, precisam de uma especialização na área de trabalho, uma preparação que possam se envolver em diversas frentes de trabalho. Assim, o ProUni distribui bolsas, porém, pode-se perceber que as dificuldades encontradas por esses bolsistas revelam, talvez, o tipo de formação ofertada pelas instituições privadas de ensino superior.

Essa formação é limitada e contraditória, onde os envolvidos sofrem modificações que prejudicam o seu desenvolvimento acadêmico, ou seja, uma formação que está sendo voltada para o mercado de trabalho, e colocando os sujeitos como o único responsável pelo seu desempenho e formação (de qualidade ou não). No entanto, fatores que se relacionam com a conjuntura da sociedade e do mercado do trabalho que desencadeiam as urgências de formação, consequentemente, a disposição curricular dos cursos de ensino superior para suprir a demanda.

# 4. PROUNI E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE FORMAÇÃO DE JOVENS

Neste capítulo abordaremos o ProUni e as políticas neoliberais de formação dos jovens no ensino superior. Desse modo, por muitos anos o acesso para a entrada de uma instituição de ensino superior era apenas por meio de vestibulares, ofertados pelas instituições públicas de ensino superior e pelas poucas instituições privadas.

Por conta disso, ressaltamos que eram limitadas as oportunidades de cursar o ensino superior. Ainda mais, se tratando da maioria da população brasileira, tornando-secada vez mais inacessível um jovem dar continuação em seus estudos, pela impossibilidade de democratização do acesso e permanência no ensino superior.

Com as reformulações das políticas internacionais e nacionais, as instituições privadas de ensino superior passaram a se constituir como elemento importante para viabilizar e oferecer aos jovens trabalhadores o acesso ao ensino superior, a partir de um viés de educação democrática para todos.

O princípio do ProUni segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulagem das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010. Pretende, ainda, atender ao aumento da demanda por acesso à educação superior, valendo-se da alta ociosidade do ensino superior privado (35% das vagas em 2002, 42% em 2003 e 49,5% em 2004) (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006, p. 127).

A criação de programas e projetos para possibilitar acesso ao ensino superior, inclusive o ProUni, se deu a partir do momento em que a lógica do neoliberalismo se estendeu de forma direta nas políticas governamentais. Assim, desde momento em que a educação básica se constituiu, legalmente, um direito de todos e logo, as instituições públicas de ensino superior passaram a não corresponder a demanda ativa de estudantes das escolas públicas. Em contrapartida, o índice de entrada dos jovens em instituições privadas de ensino superior era muito baixo, então, as políticas governamentais foram redirecionadas a fim de atender interesses diferenciados, para além do que poderia ser chamado de democratização do ensino superior a todos os jovens brasileiros.

Este capítulo está divido em três partes: a primeira fará uma discussão dos fundamentos teóricos do ProUni; a segunda abordará o ProUni e o papel do Estado na formação dos jovens no ensino superior e; por último, explanaremos os atores e agentes envolvidos na proposta do ProUni.

## 4.1 ProUni: reflexão sobre seus fundamentos neoliberais

No ProUni é importante estudarmos as bases/fundamentos que embasam e fornecem algumas interpretações do programa. Logo, é uma oportunidade para refletirmos sobre o alcance de objetivos que estão inseridos, mas que possuem limite quanto ao favorecimento do acesso ao ensino superior por parte da classe dos trabalhadores.

Nesse sentido, a política enfatizada no programa traz uma reflexão a respeito de como as instituições de ensino superior podem ser considerados como uma entidade reconhecida. Para isso, no Art. 11, é explicitado o caráter de uma política pública social, mas com regulação. Isto é, o programa trabalha com uma concepção de educação voltada ao um determinado público, por isso, explana as características deste, o que não corresponde, de fato, uma democratização do ensino superior.

Art. 11. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para aluno de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita de até um salário mínimo, para cada quatro alunos de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências da lei (BRASIL, 2004, Art. 11).

De acordo com a afirmação acima, para serem reconhecidas como entidade que presta assistência social, ou seja, que se articula socialmente e corresponde às demandas do mercado de trabalho, as instituições privadas de ensino superior precisam se colocar em posição de favorecer e destinar bolsas para a população trabalhadora. Nesse contexto, é questionável a formação que esses indivíduos recebem nas instituições de ensino. Ressaltamos que, à medida que as instituições privadas de ensino aumentam seu potencial de prestação de serviços para a sociedade, a construção do conhecimento nessas, passou a ser algo importante para se discutir.

A formação oferecida aos jovens pode ser considerada um meio, que as empresas que oferecem serviços educacionais encontram, para garantir o seu crescimento, poder de articulação e intervenção nas políticas educacionais governamentais. Assim, o acesso ao ensino superior nas instituições privadas pode corresponder a um fator de controle de produtividade (formação) para os jovens trabalhadores, e, consequentemente, enriquecimento das empresas educacionais, de modo a atender as exigências estabelecidas pela lei.

Dos mecanismos adotados para expandir o ensino superior, a noção pela iniciativa privada é notória, uma vez que nos últimos anos, as políticas de favorecimento do setor são cada vez mais expressivas. No contexto dessas medidas destacamos a MP nº213, que legisla sobre o ProUni. Curiosamente o programa que permite transferência de recursos públicos para as IES privadas, tem sustentação no discurso habilmente articulado e veiculado da inclusão das camadas populares no ensino superior, como base na correta constatação de que historicamente esse grupo esteve destituído das oportunidades dessa formação (ROCHA, 2009, p.101).

Desse modo, os mecanismos são evidentes em relação à expansão do ensino superior na rede privada, logo, o acesso às políticas públicas que deveriam existir para a população jovem entre 18 a 24 anos nas universidades públicas para garantir uma formação de qualidade, dentro de uma lógica de formação omnilateral[[7]](#footnote-8), deixa de ser relevante para a população.

Não é de estranhar que sua proposta básica para o sistema educativo consista em (até onde for possível) deixar a atividade educacional à mercê do mercado e da concorrência para que a interação entre consumidores e fornecedores de serviços educacionais se defina a quantidade de educação, seus conteúdos e pedagogias, suas formas de estruturação em que áreas e a que preços devem ser oferecidos (CORAGGIO, 2001, p. 103).

Nesse sentido, o programa se apresenta como uma lista de critérios a ser atendido pelas instituições privadas se houver o interesse de se constituir uma instituição de ensino com “identidade social”, por isso é eleita um determinado público. Assim,

Sob o argumento de inserir os “beneficiários” do ProUni na “sociedade do conhecimento” e no mercado de trabalho, o discurso estimula a corrida pelo ensino superior. Os divulgadores dessa visão ao pregar o discurso que toma o diploma do curso de ensino superior como uma saída para o desemprego têm como objetivo primeiro a fomentação do mercado da educação superior que já aponta como um dos mais rentáveis (ROCHA, 2009, p. 102).

Desse modo, as estratégias utilizadas pelos defensores do ProUni constituem-se em métodos para o próprio favorecimento e enriquecimento do setor privado, manutenção do capitalismo, e expansão dos negócios educacionais a partir da captação financeira de recursos públicos e medidas de intervenção direta nas políticas governamentais. Rocha (2009) afirma que:

O ProUni é uma política pseudodemocratizante para educação superior, que se diz promover o acesso da classe trabalhadora a essa educação, mas que se quer minimamente é capaz de garantir qualidade de formação. Ao invés de corrigir as debilidades educacionais na educação superior, como o acesso e a permanência da classe trabalhadora, o ProUni é na verdade o aprofundamento das desigualdades sócio educacionais significando concretamente, por meio da negação do direito ao acesso a educação superior de qualidade e socialmente referendada (ROCHA, 2009, p. 205).

Tal afirmação considera o ProUni como um elemento que mantêm ou conserva a desigualdade social, prega à democratização e expansão de acesso à educação superior, mas não passa de uma ação planejada estrategicamente por grandes agentes empresariais.

Dessa forma, os interesses que está em jogo, não correspondem, de fato, viabilização do acesso de todos à educação superior, traduz primeiramente um campo econômico em expansão, um espaço novo de alargamento financeiro e ainda, a questão educacional se torna o meio e não o fim.

Por isso, quando falamos em direito a educação, logo pensamos na expansão do conhecimento a partir da democratização do acesso e permanência ao ensino superior para todos. Ou seja, um direito se que consolida a partir de uma educação de qualidade, formação dos sujeitos com caráter de omnilateralidade, não apenas voltado à questão mercadológica.

Sendo assim, as bases que o programa apresenta sustenta a ideia de livre mercado e livre concorrência, pois logo no seu 1º artigo expõe: “Fica instituído o Programa Universidade para Todos - ProUni destinado à concessão de bolsa de estudo integral para cursos de graduação e sequênciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2005, Art. 1º).

Sobre isso, ressaltamos como foi expansivo o número de bolsas ofertadas ao longo dos anos.

**Grafico 1: Bolsas ofertadas de 2005-2018**



**Fonte:** Sisprouni/2018.

Diante dos dados acima indicam um progresso na oferta das bolsas parciais, assim como evidenciam o processo de desenvolvimento do programa pela adesão das instituições privadas. Assim, as instituições privadas ao aderirem o ProUni determinam acesso a uma política de fomento de acesso ao ensino superior. Como o gráfico demonstra a expansão no número de bolsas concedidas, parte de 71.905 em 2005 para 234.529 em 2018, fato que eleva setor educacional privado, entendendo a educação como mercadoria, e ainda, determinando qual educação é reservada à classe trabalhadora pela oferta de vagas em determinados cursos. E, consequentemente, quais são destinados aos jovens que detém as condições econômicas.

Nesse sentido, “o negócio do ensino superior, portanto, recebe ajuda direta do Estado, que, como favorecedor das iniciativas mercantis, passa a subsidiar parte desse negócio, por meio do PROUNI” (ROCHA, 2009, p. 112). No caso, a partir da desresponsabilização com o ensino superior e, consequentemente, concessão de bolsas de estudos em instituições privadas.

A educação sendo um campo propício para enriquecimento econômico, talvez, a Educação à Distância e o Ensino Médio técnico e profissional possam ser entendido um exemplo desse processo na atualidade. Ressaltamos isso, por conta da “qualificação” aligeirada, priorizando uma formação que, exclusivamente, corresponda a demanda de mercado de trabalho. Além disso, indica a desresponsabilização do Estado com a formação dos jovens nas instituições públicas de ensino superior, pois, nestas, a formação perpassa pesquisa, ensino e extensão, o que desemboca em uma formação para além do mercado de trabalho.

### 4.2 Prouni e o papel do Estado na formação dos jovens no ensino superior

Na criação de programa foi utilizado o argumento do acesso dos jovens ao ensino superior, para garantir a entrada destes em alguma instituição privada de ensino superior. No entanto, é importante perguntar: será que o governo está preocupado com a estabilidade desses jovens bolsistas nas instituições de ensino? As dificuldades encontradas ao longo desse processo pelos acadêmicos que ingressam no ensino superior são muitas, pois a maioria são jovens trabalhadores, então, a permanência dos jovens no ensino superior passa pelas questões de subsídios de: materiais, transporte, alimentação, entre outros.

Nesse sentido, as vagas direcionadas aos possíveis acadêmicos, precisam estar atreladas às condições de estudo. Rocha (2009) afirma que isso se articula com a qualidade de educação básica ofertada pelo Estado. Logo, entendemos a quão grande carência de políticas públicas que favoreçam a formação e/ou o acesso e permanência dos jovens ao ensino superior.

Igualdade de acesso e condições de estudo para a classe trabalhadora só se pode garantir mediante promoção de uma educação de qualidade na rede pública em todos os níveis da real possibilidade de acesso a uma sólida formação científica e cultural consolidada desde o ensino fundamental e médio (ROCHA, 2009, p.115).

Para atender essa demanda há necessidade de repensar como o acesso ao ensino superior está sendo pensado pelos responsáveis do ProUni, pois implica em disponibilizar maiores investimentos no ensino fundamental e médio. Fato esse que oportuniza, estrategicamente, elevar a qualidade na educação pública.

De acordo com Rocha (2009); Souza e Menezes (2014) e Santos (2015) o ProUni não foi desenvolvido para atender toda a população, e ainda, revelam o desdobramento deste como uma (senão a principal) política afirmativa paliativa do ensino superior. Nesse sentido, as políticas consideradas neoliberais de caráter internacional se integram nas políticas nacionais, especialmente, se tratando do acesso ao ensino superior.

No Brasil, quando foi aprovada a lei do ProUni, havia um debate intenso acerca de maiores investimentos nas universidades públicas e outras possibilidades de acesso ao ensino superior. Neste,

A criação do ProUni se deu nesse contexto de fortes debates ideológicos em torno do papel do Estado na política nacional de educação superior. A expectativa era que, com a eleição do primeiro governo considerado de esquerda da história do país, essa política fosse influenciada pelas teses em favor do caráter público do ensino universitário. O slogan usado pelos diversos atores publicistas já apontava nessa direção: “universidade pública, gratuita e de qualidade” (SOUZA, MENEZES,2014, p.07).

Partindo da assertiva acima compreendemos a universidade pública, gratuita e de qualidade deveria ser o destaque no processo de democratização de ensino superior. Em contradição, o programa se apresenta como a possibilidade mais acertada, o que não significa compromisso do Estado para com a formação dos jovens, pois o que está em jogo é outros interesses. Assim, a criação do ProUni tende, muito mais, a corresponder um movimento de privatização sob julgo de possibilitar o acesso à universidade para aqueles de até três salários mínimos, do que investimento em uma formação de qualidade para os jovens.

### 4.3 Os atores e agentes envolvidos na proposta do Prouni

Quando falamos em políticas neoliberais é evidente a transparência do capitalismo envolvido, ou seja, é notório as ações realizadas mediantes ao interesse programado pelo empresariado, a aglomeração de capitalistas por trás de políticas propostas e fortalecidas pelo Estado, que viabilizam interesses privados.

Os atores envolvidos no processo de formulação da política nacional de educação não discordavam que a forma de financiamento traria impacto significativo na expansão do acesso ao ensino superior no país. No entanto, quando o debate pendeu para o lado da forma desse financiamento o cenário mudou, pois uns defenderam que os recursos orçamentários deveriam ser substancialmente ampliados para esse fim (atores publicistas), enquanto outros argumentaram que o mercado é que deveria ser o responsável por essa ação (atores privatistas). Entre financiamento totalmente público e financiamento totalmente privado havia algumas outras posições intermediárias em debate (SOUZA, MENEZES, 2014, p.06).

Dessa forma, o desenvolvimento social do Brasil vai se aprofundando em quedas e decadências, tornando-se um caos. Essa disputa de poderes se torna extremamente imprudente para alcançar os objetivos de um ensino de qualidade. Assim, impedem a sociedade progredir, muitos jovens de desenvolver pesquisas que elevem as tomadas de decisões e, consequentemente melhorem a sociedade brasileira.

[...] a comunidade acadêmica, os atores sociais, atores governamentais e atores sistêmicos travavam um intenso debate sobre o caráter intrínseco da educação superior, no sentido de concebê-la como um bem público, cujos retornos eram percebidos pela sociedade, ou como um bem individual/privado, cujos benefícios alcançariam as pessoas que investiam em sua própria formação (SOUZA, MENEZES, 2014, p.06).

O financiamento de recursos para essas bolsas deveria ser discutido, pois estabelecem uma demanda de certezas e incertezas. A certeza que o dinheiro investido é do poder público e vai para instituições privadas e a incerteza que, uma parcela da população que vai ser beneficiada pelo ProUni realmente vai cursar o ensino superior e, ainda,até que ponto, a formação ofertada pelas instituições de ensino incidirá diretamente no mercado de trabalho.

O Estado, de maneira confortável, desdobra sua responsabilidade pela educação superior às instituições privadas, com a justificativa de que estas contribuem para atender a uma parcela de população nesse quesito. Desse modo, as políticas públicas educacionais se encaminham para a privatização do setor, no qual convêm ao Estado dar prioridade para o privado e não eleger políticas públicas educacionais para o bem-estar do social da população.

Assim, o Estado brasileiro não se responsabiliza por garantir o direito a educação para todos. Por isso, de certa forma, nega o compromisso com a qualidade da educação no país, além de abrir portas para o desmantelamento das instituições públicas de ensino (universidades) por meio de insuficiência do número de docentes, manutenção das instituições públicas, financiamento de pesquisas, apoio ao desenvolvimento de patentes; promoção de um ensino superior de qualidade, entre outros.

Por sua vez, as instituições privadas fazem o papel de concluir essa artimanha já pensada, isto é, a liberação de vagas nos diversos cursos como a (senão única) oportunidade de estudo dos jovens, os quais tem pretensão de cursar o ensino superior a partir de suas condições de vida.

Nos dias atuais, os jovens se encontram no estado de competividade, pois no mundo do capitalismo busca-se uma satisfação profissional, no entanto, perguntamos: o que gera essa satisfação profissional nos sujeitos? Ressaltamos que a satisfação pode estar atrelada à demanda do mercado de trabalho, assim, como o que a formação ofertada no curso. Nesse sentido, a formação pode ser vista pela valorização desta no mercado de trabalho, mas, é necessário examinar, até quando essa formação chega para ser explorada dentro do mercado.

O bolsista fica restrito em escolher somente as IES que dispõe de bolsas para o Programa e dos cursos disponíveis, no semestre. Esses dois aspectos acabam por “circunstâncializar” o perfil do estudante. Esse tipo de perfil contribui para incrementar a desigualdade de oportunidades para o acesso, construída histórica e socialmente, fazendo com que para a grande maioria não exista uma escolha, “mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão”(ZAGO, 2006, apud FERREIRA, 2014,p.99).

Nesse sentido, o programa tem o propósito de incentivar e estimular os jovens, porém, o “merecimento” dessas bolsas é inteiramente regulado dentre as instituições privadas, pois cabe a elas designar em quais cursos terão visibilidade e ingresso de jovens bolsistas.

Nesse contexto, as bolsas são destinadas a um determinado perfil de estudantes, os quais se inscreveram para o ProUni, mas é certo também que os cursos ofertados estão restritos no processo de seleção institucional.

Os principais proponentes do programa foram Tarso Fernando Herz Genro e Antônio Palocci Filho. Estes, quando apresentaram o projeto estava descabida a hipótese de aumento de recursos públicos para o financiamento da educação superior. Então, o programa consistiu em uma saída governamental para a questão. Além disso, viabilização das bolsas de estudos nas instituições privadas significou corresponder uma demanda e, ainda avanço na promoção de formação para o mercado de trabalho. No entanto, esse avanço possui suas limitações.

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas propriamente ditas deveriam atender os interesses de toda a população. Além disso, deveriam ser propostas a partir da necessidade da população, e logo, precisam corresponder esses interesses com proposições de projetos e programas priorizem a qualidade das ações.

Ao analisar o processo de constituição do ProUni e as questões decorrentes das políticas neoliberais para a educação superior no Brasil, notamos as dificuldades do Estado brasileiro em ofertar uma educação de qualidade para todos. Nesse viés, o ProUni apresentado e concedido pela Lei Federal n. 11.096/2005, foi compreendida como uma política educacional que tem como mote a democratização de uma educação de nível superior para todos.

Assim, no primeiro capítulo compreendemos que as políticas destinadas para a formação dos jovens, nem sempre correspondem às expectativas. Às vezes, estas favorecem outros setores da sociedade ao invés daqueles que está como público alvo. Desse modo, a proposição do ProUni é cheia de questionamentos, uma vez que, atende parcialmente uma demanda. Além disso, as imposições, colocadas pelo mercado de trabalho aos jovens, repercutem exatamente no acesso ou não ao ensino superior.

Dessa forma, no segundo capítulo, observamos que o ProUni foi criado para viabilizar a entrada de pessoas carentes, que tenham sua renda mensal até três salários mínimos,ao ensino superior. Nesse sentido, o programa se constituiu como o responsável pela democratização de acesso ao ensino superior. No entanto, o discurso da democratização logo é colocado em questionamento, pois não é garantido o acesso e permanência ao ensino superior para todos, e ainda, por meio do Programa é possível notar a articulação do público e privado.

Assim, no terceiro capítulo entendemos o ProUni como uma política do contexto neoliberal, que constitui um movimento de privatizações. Por isso, a criação do programa com o intuito de estimular o acesso ao ensino superior através de bolsas beneficiadas pelo governo federal com as instituições privadas.

Sendo assim,

Os críticos ao Programa apontam ainda, que a criação do ProUni aumenta o risco de redução da qualidade das instituições em decorrência da chegada dos bolsistas. Essa visão preconceituosa e atrofiada não se materializa, uma vez que, estudos comparativos realizados pelo INEP a partir dos resultados obtidos pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, mostram que os bolsistas do ProUni apresentam rendimento igual ou superior aos demais estudantes (SANTOS, 2015, p.61).

Nesse sentido, é válido ressaltar, que a educação superior não é possibilitada a toda população brasileira. O direito de todos acaba se tornando impossibilitado, dede o momento que se oportuniza, via uma bolsa (parcial e integral) em algum curso (os disponíveis) nas instituições privadas de ensino superior para uma parcela de jovens brasileiros.

Diante disso, a pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, ao contrário, de indicar que é um campo profícuo de pesquisa. Assim, a contribuição desta consiste em descortinar o ProUni a partir do rol de políticas neoliberais no âmbito nacional e internacional para a educação superior. Desta forma, ressaltamos que as políticas públicas educacionais são de suma importância para a juventude, porém, o programa do ProUni ainda, não é satisfatória para atendimento da demanda e para a qualificação profissional.

Destarte, o ProUni abriu as portas por meio de bolsas a uma parcela da população ao ensino superior. No entanto, isso, não pode ser visto como uma democratização do ensino superior. Talvez, se configure como uma política de acesso, mas, ainda, há de outras que assegurem a permanência dos jovens nos cursos. E, principalmente, que garanta que as instituições de ensino zelem pela qualidade na educação ofertada.

# 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria. Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino. **Revista Pucampina**,v.2, n.1, 2009. Disponível em: [http://tededigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/635. Acesso em:12 jun. 2019](http://tededigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/635.%20Acesso%20em:12%20jun.%202019).

ANDRADE, Dalila. **Das políticas de governo à política de estado**: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. 2. ed. São Paulo:FTD, 2011. 142 p.

APRILE, M.; BARONE, R. Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho: O Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão. VI Congresso de Belo Horizonte - MG. 2008. Disponível em: <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf>, acesso dia 16 abr.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. **Camara-Legislação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-normaatualizada-pl.html>, acesso em: 15 jun.2019.

BRASIL, [**Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/mpv%20213-2004?OpenDocument) Regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior,

[Disponível em : https://www2.camara.leg.br › legin › fed › lei › lei-11096-13-janeiro-2005, acesso dia: 14 jul. 2019.]( Disponível em : https://www2.camara.leg.br › legin › fed › lei › lei-11096-13-janeiro-2005,  acesso dia: 14 jul. 2019.)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Revista PROUNI**, Brasília, DF, n. 1, 2018.

BRASIL. Decreto 7.234/2010, dispõe sobre Programa Nacional de AssistênciaEstudantil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131695/2014-132.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso dia 04 dez. 2019.

CATANI, A.; HEY, A.; GILIOLI, R. **PROUNI**: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? 5.ed. São Paulo: Atlas,2006. 126 p.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASÍLIA. Decreto nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispõe sobre o Projeto de lei,fornecido pelo congresso nacional.. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=841B691A74B11EB838143E4D70893F63.proposicoesWebExterno2?codteor=219649&filename=Tramitacao-PL+3582/2004>, acesso em: 18 out. 2019.

FACEIRA, Lobelia. O proUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude. Tese, (mestrado em políticas) 2009,p.6-7, disponível em: <https://tede2.pucsp.br/browse?type=type&value=Tese> acesso dia 12 jun. 2019.

FARIAS, Beronicy, 2013. A dinâmica do conselho nacional da juventude – Conjuve e o campo das políticas públicas educacionais. [**Revista Iberoamericana de Educación Superior**](https://www.sciencedirect.com/science/journal/20072872), ed 4, vol. 2, p. 43.Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15728/1/2013_BeronicyPauladeMoraisFarias.pdf>, acesso dia 15 mai. 2019.

FELICETTI,Vera;CABREA, Alberto. [**Revista Iberoamericana de Educación Superior**](https://www.sciencedirect.com/science/journal/20072872)**:** Aluno ProUni: impacto na instituição de ensino superior e na sociedade; Edição 13, vol.5, p.21-39, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287214719511>, acesso em: 15 abr. 2019.

FERREIRA, Maria Gorete. **Direito à educação e política pública de acesso ao ensino superior:** Um debate sob a perspectiva dos beneficiários do Prouni. 12. Ed. São Paulo: FTD, 2014.

Guia. **Políticas** **Públicas de Juventude Brasília**: Secretaria-Geral da Presidência da República. 12 ed, Brasília. 2013. Disponível: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/117/1/guiajuventude1.pdf.Acessoem> 18 nov. 2018.

GUIMARÃES, ALMEIDA. **OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO**: Evolução e desafios da política de emprego no Brasil, 15 ed, vol.5, 2014. Disponível: <https://periodicos.fclar.br/temasadm/article/viewFile/6845/4926>, acesso em: 10 out. 2019.

HAAS, M.; PARDO, R. **Programa Universidade para Todos (PROUNI)**: efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. Unesp, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00718.pdf> acesso dia 11 jun. 2019.

LIMA, Kátia Regina. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. Documento estratégico do Banco Mundial. Niterói: ESS/UFF, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100010> acesso em:10 set. 2019.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas; Belo Horizonte/MG, 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>, acesso em: 09/04/19.

LUDKE, Menga; ANDRE,Marli.**Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativas. São Paulo, Ática, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico**-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004, p.108.

MORAES. **Identidade do adolescente na contemporaneidade:**contribuições da escola, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em história), Universidade Federal do Paraná,Curitiba,2009.

ONU. Estratégianacional de ciência, tecnologia e inovação. 1995. Disponível em :<http://www.finep.gov.br/images/afinep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf>, acesso em 22 jul. 2019.

OTRANTO, C.R. A reforma da educação superior do governo lula: DA INSPIRAÇÃO À IMPLANTAÇÃO. **Revista Reunião**. 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>, acesso em:10/09/2019.

PACIEVITCH, Thaís. Política de acesso e permanência no ensino superior: as experiências de uma bolsista do ProUni. **Simpósio ANPAE**. 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0520.pdf>. Acesso em 02 dez. 2019.

ROCHA, Antônia. Programa Universidade para Todos: Prouni e a pseudo-democratização na contra-reforma da educação superior no Brasil. **Revista UFC,** 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3066/1/2009>, acesso em: 29 set.2019.

RUA, Maria. **Gestão Pública Municipal**: Políticas Públicas; Departamento de Ciências da Administração/UFSC. (Brasília): UAB.2009. p.39-40.

SANTOS, Diego. **A questão da permanência de estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI**: um estudo do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. 2015. Monografia (Especialização em Políticas) – Universidade Federal de São Paulo, 2015.

SILVA, LOPES. **Adolescência e juventude:** entre conceitos e políticas públicas2010.Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Viçosa, MG, 2010. Diponível:http://cadernosdeto.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65, acesso em: 25 nov.2018.

SILVA, Rafael. **Formação humana e/ou formação profissional**: Uma contribuição da psicologia do trabalho. São Paulo. ATICA. 2010, p. 103.

SOUZA, Márcio; MENEZES, Monique. **Programa Universidade para Todos (PROUNI)**: quem ganha o quê, como e quando? 2014. Monografia (Especialização em políticas públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

1. De acordo com Souza; Menezes (2014) há uma barganha de isenção de impostos das instituições privadas por bolsas gratuitas ofertadas. [↑](#footnote-ref-2)
2. As isenções se referem ao “[...] Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)” (SOUZA; MENEZES, 2014, 618). [↑](#footnote-ref-3)
3. De acordo com a ONU (1995, p. 01) os jovens “[...] de todos os países são recursos humanos importantes para o desenvolvimento, bem como agentes fundamentais de mudança social, desenvolvimento econômico e inovação tecnológica”. [↑](#footnote-ref-4)
4. De acordo com o Guia (2013) o Governo Federal possui, nas mais diferentes áreas, inúmeras ações, programas e políticas públicas para a juventude. Nesta publicação, são apresentados os principais programas, em desenvolvimento nas mais diferentes localidades do país, que têm o jovem como público-alvo prioritário. Dessa forma, o Guia foi criado para dar desenvoltura para os programas criados pelo governo e direcionado a população jovem. [↑](#footnote-ref-5)
5. Diante disso, a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), dar-se-á em formato técnica e profissionalizante, com intuito de ingressar o jovem no mercado de trabalho. Fato esse que distancia a ideia de ingresso no ensino superior e ainda, de uma formação para além do saber fazer, de senso crítico e emancipadora. [↑](#footnote-ref-6)
6. De acordo com Andrade (2011, p. 329)“Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. [↑](#footnote-ref-7)
7. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana [...] (MARX, 2004, p. 108). [↑](#footnote-ref-8)